

MPPE em foco.



Ministério Público de Pernambuco

COMPROMISSO COM A CIDADANIA

ANO VII – Nº 29
Recife, janeiro de 2018

RETROSPECTIVA

2017

As ações do Ministério Público de Pernambuco
que foram destaque no ano que passou

PESSOAS DIFERENTES

**UNIDAS POR UMA
MESMA BANDEIRA.**

ISSO É FUTEBOL.

Para que as diferenças possam conviver num ambiente pleno de cidadania, os times de futebol e o Ministério Público de Pernambuco se unem pelo enfrentamento ao racismo.

Gestos, palavras e atitudes discriminatórias e ofensivas são crimes raciais. As leis antirracistas também valem para dentro dos estádios. Por isso, torça, cante e vibre, sempre com respeito. Diga não ao racismo em todas as suas formas.

Quem comete racismo fica sujeito, no mínimo, a um ano de prisão (Código Penal Brasileiro, art. 140, § 3º e art. 20 da Lei Federal nº 7.716/89).

Denuncie:

- Polícia Militar -190 (quando o crime está acontecendo)
- Polícia Civil - (81) 3184.7106
- Ministério Público de Pernambuco
www.mppe.mp.br - 0800.2819455

**DIGA NÃO
AO RACISMO**



Parceria

Durante todo o ano de 2017, várias iniciativas construíram pontes entre o MPPE e a sociedade organizada e outras instituições parceiras. **5**

Orçamento

A otimização dos custos e o uso inteligente dos recursos foram marcas da gestão orçamentária do Ministério Público de Pernambuco. **11**

Novos promotores

Quarenta e um novos promotores foram convocados pela Procuradoria Geral de Justiça, priorizando as cidades do interior do Estado. **14**

Crime organizado

A criação do Lab-LD- Laboratório de Lavagem de Dinheiro e o reforço na estrutura dos órgãos de combate ao crime organizado e de inteligência foram destaques. **18**

Prerrogativas

A atuação junto aos órgãos nacionais ganhou espaço com a resolução de demandas do CNMP e a implantação do acordo de não persecução penal. **20**

Público interno

Diálogo permanente com servidores e membros culminou em conquistas importantes e contato mais estreito com público interno. **26**

Em todo o Estado

Os nove Caops, Centros de Apoio às Promotorias de Justiça tiveram intensa atuação e auxiliaram os promotores a desenvolver iniciativas com sucesso no ano passado. **28**

Servidores

A valorização dos que fazem o Ministério Público de Pernambuco foi prioridade absoluta no dia a dia da Secretaria Geral. **32**

Investimentos

Frota renovada, tecnologia avançada e a implantação de sistemas eletrônicos para facilitar o cotidiano do MPPE. **34**

Compromisso

O Ministério Público de Pernambuco avança na implantação do Plano Nacional de Segurança Institucional. **38**



Em 2017 tomaram posse 21 novos membros, atendendo a Comarcas do Sertão, Agreste e Zona da Mata. **14**



O respeito, a empatia e a proteção ao direito foram titulares em campo com a campanha Diga Não ao Racismo. **8**

Foto: AMCS

Superação e esperança para fazer um ano ainda melhor

Olhar para trás é tão importante quanto olhar para a frente. Porque conhecer a si próprio, a sua própria trajetória, com erros e acertos, é primordial no planejamento do que há de ser feito no futuro. Se isso se aplica às vidas pessoais de cada um de nós, é óbvio que se aplica às instituições, porque, ainda que sejam entes atemporais e impessoais, elas são feitas de gente. Como todos nós.

Tivemos um 2017 muito difícil. Mas, no Ministério Público de Pernambuco, dificuldade é combustível para avançarmos ainda mais. Não é que queiramos esquecer o que houve de adversidade. Pelo contrário: entender o que foi mais complicado é fundamental para fazer mais, melhor e em menos tempo, as tarefas que recebemos e as que assumimos espontaneamente.

Nós aprendemos com 2017 que apenas a unidade pode triunfar, mesmo em cenários onde as diferenças existem, pois divididos somos mais passíveis de sermos conquistados. Lado a lado, buscamos as soluções necessárias a transformar o que era apenas pedra em um caminho pavimentado rumo ao futuro.

Nós elencamos nesta publicação especial várias das conquistas que obtivemos em 2017. Nós, o Ministério Público de Pernambuco. Todos esses triunfos foram possíveis porque entendemos que o medo da dor é mais forte que a própria dor – e não titubeamos em cortar, muitas vezes, a própria carne. E, com a ajuda de todos, de membros, servidores, terceirizados e estagiários, estamos conseguindo derrubar por terra o mito da desunião, da picuinha, do ardil em forma de obstáculo. Temos o que mostrar à sociedade porque o MPPE se mostrou capaz de se unir em torno de um só objetivo: melhor servir ao povo de Pernambuco.

Nós esperamos que 2018 seja ainda melhor do que 2017. Temos a absoluta confiança de que seremos capazes de fazer muito mais, podem ter certeza disso. Sem nos esquecermos das dificuldades por que passamos em 2017. Esse aprendizado nos deixa mais fortes, mas ao mesmo tempo pode criar a falsa ilusão de que sabemos o caminho. Por isso, para que possamos evitar as armadilhas da vaidade, permaneceremos ouvindo cada um dos que fazem o Ministério Público de Pernambuco na perspectiva de continuarmos avançando na defesa de nossas prerrogativas constitucionais e na melhoria da nossa Instituição. Por isso, a ideia foi sintetizarmos os feitos da gestão em 2017 para focarmos no que podemos aperfeiçoar e construir em 2018.

A todos, uma boa leitura!

Expediente

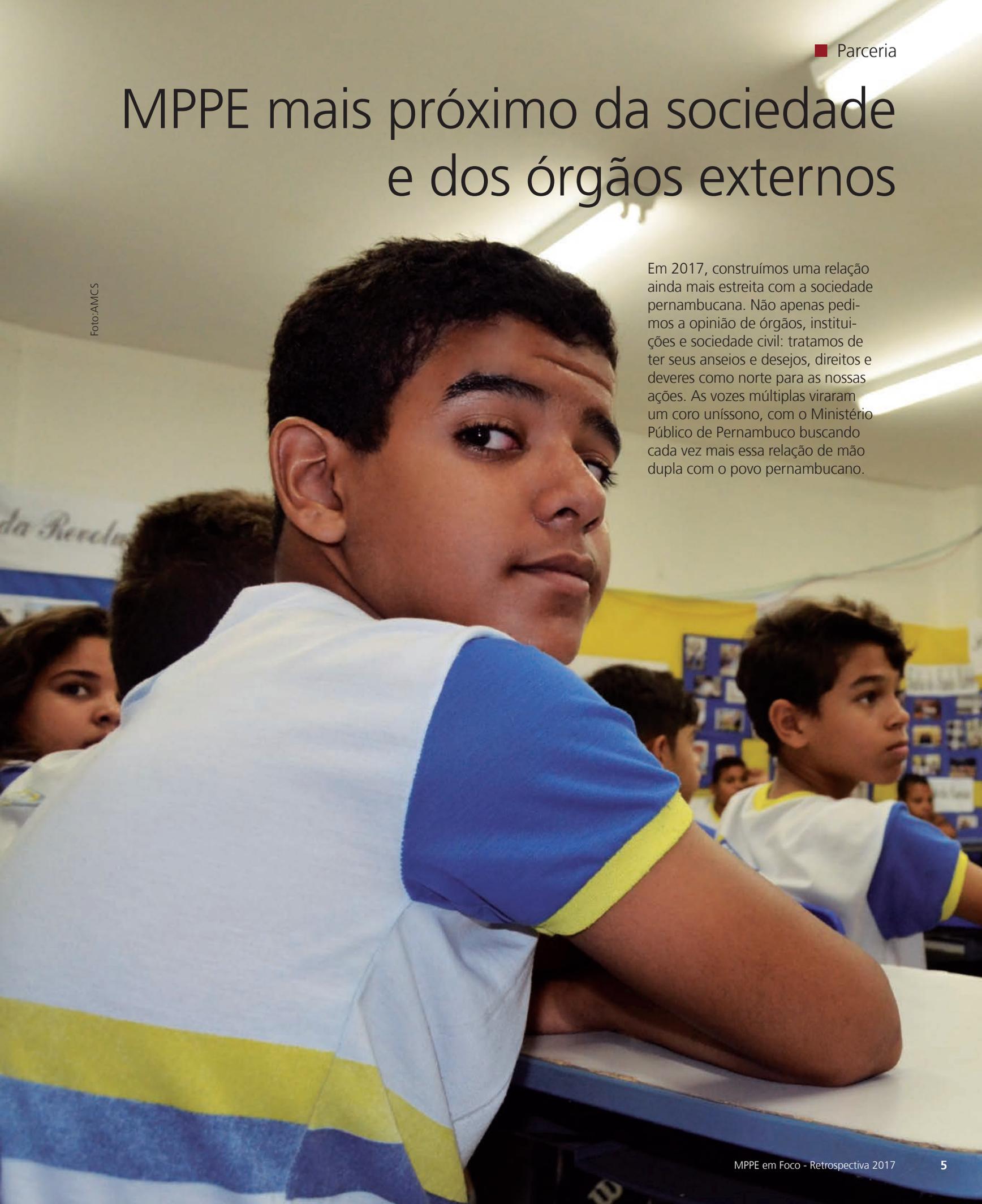
Ministério Público de Pernambuco – **Procurador-geral de Justiça** Francisco Dirceu Barros | **Subprocuradora-geral em Assuntos Institucionais** Lúcia de Assis | **Subprocuradora-geral em Assuntos Administrativos** Maria Helena da Fonte Carvalho | **Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos** Clênio Valença Avelino de Andrade | **Corregedor-geral** Paulo Roberto Lapenda Figueiroa | **Corregedor-geral substituto** Renato da Silva Filho | **Ouvidor-geral** Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti | **Secretário-geral** Alexandre Augusto Bezerra | **Secretário-geral adjunto** Gustavo Lima | **Chefe de gabinete** Paulo Augusto de Freitas Oliveira | **Assessora Ministerial de Comunicação Social** Evângela Andrade | **Jornalistas** Bruno Bastos, Miguel Rios, Rafael Sabóia e Wilfred Gadêlha | **Publicidade** Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado | **Estagiários** Dayanne Dias e Diego Melo (Jornalismo) Marina Gomes e Rodrigo Paiva (Publicidade) | **Apoio Administrativo** Bruna Vieira e Marlí Cruz | **Fotógrafo** Ivson Henrique | **REVISTA MPPE - Edição** Wilfred Gadêlha, Miguel Rios e Bruno Bastos | **Projeto Gráfico** Leonardo MR Dourado | **Diagramação** Aluísio Ricardo | **Fotos** Assessoria Ministerial de Comunicação do MPPE.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyra – Santo Antônio, Recife, PE – CEP: 50.010-240 – Fones: (81) 3303.1259 / 1270 / 1279 – Fonefax: (81) 3303.1260 – imprensa@mppe.mp.br – www.mppe.mp.br – www.twitter.com/mppe_noticias – www.facebook.com/MPPEoficial – www.youtube.com/user/ImprensaMPPE – www.flickr.com/people/mppe

MPPE mais próximo da sociedade e dos órgãos externos

Em 2017, construímos uma relação ainda mais estreita com a sociedade pernambucana. Não apenas pedimos a opinião de órgãos, instituições e sociedade civil: tratamos de ter seus anseios e desejos, direitos e deveres como norte para as nossas ações. As vozes múltiplas viraram um coro uníssono, com o Ministério Público de Pernambuco buscando cada vez mais essa relação de mão dupla com o povo pernambucano.

Foto: AMCS





Educação contra a corrupção



Procurador-geral conversa com os estudantes durante o lançamento da campanha.





Para saber mais sobre o Educação contra a corrupção, escaneie o QR Code à esquerda e acesse o vídeo da WebTV do MPPE

A corrupção é um mal que assola o País há centenas de anos e suas raízes são mais profundas do que se imagina. Por isso, o MPPE, por meio do novo Caop Educação, escolheu mostrar às crianças pernambucanas que o crime não compensa. Para isso, tratou de criar a campanha Educação Contra a Corrupção, direcionada aos alunos entre 7 e 12 anos de escolas estaduais e municipais de todo o Estado. Pro-

motores de Justiça foram às salas de aula conversar com os estudantes, durante a Semana do Ministério Público (entre os dias 8 e 15 de dezembro), tirar dúvidas e explicar que pequenas práticas corriqueiras podem ser consideradas a semente da corrupção. No Recife, o próprio procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, foi à Escola Municipal Pedro Augusto, na Soledade, para lançar a campanha.



MPPE e clubes lançam campanha contra o racismo no futebol

O estádio de futebol é um espaço democrático, onde cabem todos: os torcedores do seu time, os adversários, os supersticiosos, os que entendem de tática, os que só vão para reclamar do juiz, os fanáticos que cantam e apoiam do início ao fim. Só não cabe o racismo!

Para mostrar que não há espaço para a discriminação nos gramados, o MPPE se uniu com a Federação Pernambucana de Futebol e os três grandes clubes da capital para levar a campanha Diga Não ao Racismo aos estádios. No mês da consciência

negra, em novembro, os jogos realizados na capital pernambucana tiveram mensagens contra o racismo e as redes sociais foram tomadas pela campanha.

Essa iniciativa, capitaneada pelo Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo

Institucional do MPPE (GT Racismo), buscou levar ao público conhecimento sobre o crime de racismo, suas consequências e quais são os órgãos públicos aos quais se pode recorrer no caso de manifestações racistas.

MPPE atua para reabrir agências explodidas

A escalada da violência no interior do Estado trouxe problemas além das perdas humanas. Em várias cidades, agências bancárias que foram alvo de quadrilhas continuam fechadas. Alguns desses estabelecimentos corriam o risco de não serem reabertos, causando todo tipo de prejuízo à população de mais de 20 cidades, que tem que recorrer a municípios vizinhos para ter acesso a serviços essenciais.

O MPPE atuou em dois flancos: enquanto o procurador-geral de Justiça buscou o diálogo com prefeitos e o Banco do Brasil, o Caop Consumidor orientou os promotores a garantir na Justiça o direito dos cidadãos pernambucanos. Foram ajuizadas ações civis públicas em cinco cidades para impedir o fechamento definitivo de bancos: Escada, Orocó, Cupira, Santa Maria do Cambucá e Vertentes.

Foto: AMCS



Representantes dos bancos se reuniram com o MP no Gabinete do procurador-geral.



Gabinete de gerenciamento de crise atua nos municípios afetados pelas chuvas

As chuvas do final de maio trouxeram fantasmas do passado: inundações que deixaram milhares de desabrigados em 27 cidades da Zona da Mata Sul e do Agreste. Tomando a dianteira das ações de assistência e prevenção, o Ministério Público de Pernambuco instituiu, por meio de portaria publicada em 1º de junho, um gabinete de gerenciamento de crise para atuar nos municípios afetados.

O procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, visitou a região, orientando os membros do MPPE e também se reunindo com prefeitos para alertá-los sobre as consequências do mau uso da dispensa de licitação durante a vigência dos decretos de situação de emergência.

Por meio de recomendações expedidas pelos promotores, a maioria das cidades da região afetada suspendeu a realização de festejos juninos.

O MPPE também recomendou a criação, em cada cidade, do Comitê Municipal de Resposta aos Desastres Naturais, responsável por monitoramento de situações de risco e atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, e exigiu que cada Coordenadoria de Defesa Civil apresentasse um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.



Ministério Público foi à Mata Sul para debater com gestores sobre os danos causados pelas enchentes

Foto:AMCS



Chuvas causaram grandes estragos e levaram 27 cidades a declarar estado de emergência

Foto:AMCS

A sociedade aponta as prioridades

Um relatório com a síntese das contribuições de um dia inteiro de debates com vários movimentos sociais. Essa foi uma das experiências adotadas pelo MPPE em 2017 para compreender os anseios da sociedade e trazê-los para a construção do próximo ciclo da Gestão Estratégica da Instituição. As propostas serão analisadas, em conjunto com as informações obtidas a partir de entrevistas realizadas com órgãos públicos chave, como o Tribunal de Justiça, o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas, tendo como objetivo montar os objetivos estratégicos do MPPE para o período 2018-2023.



Encontro do MPPE com os movimentos sociais foi realizado no mês de agosto no auditório do Cefospe.

Foto:AMCS

Gabinete Itinerante



Foto:AMCS

Uma das primeiras ações de 2017 foi a implantação do Gabinete Itinerante, iniciativa da Procuradoria Geral de Justiça para diminuir os gargalos de comunicação e demandas dos promotores. Em 2017, a equipe do gabinete do procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, foi ouvir as necessidades *in loco*. A iniciativa contemplou, *a priori*, as circunscrições de Petrolina e Salgueiro. E a perspectiva é que seja ampliada em 2018.

Atuação integrada



Atuar em parceria com outros atores institucionais foi prioridade em 2017 para o Ministério Público. Um dos exemplos dessa conduta constante foi a assinatura da Instrução Normativa nº001/2017, em conjunto com o governo do Estado e o Tribunal de Justiça de Pernambuco. O documento permitiu a alienação antecipada de automóveis, motocicletas e outros veículos automotores que sejam apreendidos em razão da prática de crimes. Na prática, depósitos, pátios de delegacias e até mesmo logradouros públicos serão, a cada dois anos, alvo de uma limpeza para sua desobstrução

Gestão estratégica



Foto:AMCS

Entrevistas com gestores de outros órgãos públicos compuseram uma das etapas para o novo Ciclo da Gestão Estratégica do Ministério Público de Pernambuco, que compreenderá o período 2018-2023. A subprocuradora para Assuntos Institucionais do MPPE, procuradora de Justiça Lúcia de Assis, foi a encarregada de contactar os gestores para coletar as contribuições. Também houve a atividade de revisão documental para aferir inovações utilizadas por outros MPs no processo de elaboração do Planejamento Estratégico e identificar lições aprendidas. Aos membros e servidores do MPPE foi distribuído um formulário de pesquisa, na intranet do MPPE, para apurar o nível de conhecimento pessoal sobre o atual ciclo de Gestão Estratégica. Para representantes da sociedade civil e de órgãos públicos da União, estados e municípios, também foi disponibilizado outro formulário de pesquisa com o objetivo de avaliar o relacionamento e a atuação deles com o MPPE.



Articulação com entes públicos foi um dos focos para superar as restrições orçamentárias

Otimizando custos e recursos

O ano de 2017 começou sem garantia de término. Não se tratava de mera especulação, mas da frieza dos números: não havia dotação suficiente para que o salário de dezembro e o 13º salário fossem pagos. Era necessária uma intervenção firme e sem concessões: diante da crise econômica, a saída era economizar. Cortar excedentes, otimizar custos, usar a inteligência para que os serviços prestados não perdessem qualidade e, em detrimento disso, houvesse uma perda de confiança por parte da população, colocando em risco o maior patrimônio do Ministério Público de Pernambuco: sua credibilidade.

Imbuída do espírito de cooperação e usando de responsabilidade acima de tudo, a Secretaria Geral elaborou um plano de contingenciamento de despesas que buscou fazer mais e melhor com menos custos e menos tempo. Em tempo: não apenas todas as metas foram cumpridas como foi possível investir em tecnologia, em capacitação, em obras que estavam paralisadas desde o ano de 2015,

em otimização de recursos, no redesenho do funcionamento das engrenagens que fazem o MPPE, de maneira a apontar para o futuro.

Várias iniciativas podem ser citadas como destaques desse esforço conjunto. A começar pela reestruturação da Controladoria Ministerial Interna (CMI), que arcou com a implantação de uma avançada tecnologia de gestão, mediante o ganho de eficiência administrativa que parte do compartilhamento em tempo real das informações e metas a serem atingidas, incluindo as que impactam diretamente na matriz de acompanhamento das atribuições do MPPE por órgãos como o Conselho Nacional do Ministério Público. Isso ajudou a instituição a se modernizar e, ao mesmo tempo, como ato subsequente, ficar cada vez mais interativa e responsável no trato com a sociedade. Prova disso foi a remodelação do Portal da Transparência, que figurava na 28ª posição do ranking dos MPs: hoje, ocupa a sexta posição na mesma lista.

Cortar excedentes, otimizar custos, usar a inteligência para que os serviços prestados não perdessem qualidade e, em detrimento disso, houvesse uma perda de confiança por parte da população, colocando em risco o maior patrimônio do Ministério Público de Pernambuco



Coordenadores se reuniram com a Administração Superior para acompanhar resultados

Fundo de Desenvolvimento e Modernização



Uma vitória conquistada junto ao Poder Legislativo foi a aprovação da lei que promove a criação do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Pernambuco (FDIMPPE – Lei nº15.996/2017), em março de 2017. Com ele, o MPPE ganha alternativas para a captação de recursos extraorçamentários, de modo a permitir o desenvolvimento das ações institucionais, a exemplo do que já vem sendo feito por outras unidades do Ministério Público em todo o Brasil. O FDIMPPE atende às despesas com a aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertencentes à Instituição ou a ela destinados; com a ampliação e modernização da Escola Superior do Ministério

Público, a fim de promover a qualificação dos membros e servidores do MPPE; com a elaboração e execução de programas e projetos especiais nas áreas de atuação do MPPE; com a aquisição, modernização, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos da Instituição; e com a ampliação e modernização dos serviços de informática e comunicação integrada dos órgãos que compõem o MPPE. Todos os bens adquiridos com recursos do fundo serão incorporados ao patrimônio da Instituição. O MPPE pode também firmar convênios com financiadores nacionais e internacionais.

Suplementação orçamentária

No ano de 2017 o Ministério Público contou com um aporte inicial de R\$ 421.844.800,00 em recursos do duodécimo oriundo do Tesouro Estadual. A esse montante foram acrescidos R\$ 12 milhões em incremento, o que corresponde a 2,84% sobre a receita original.

O montante correspondeu à totalidade das despesas programadas pela Instituição ao longo do ano, incluindo folha de pessoal, custeio, investimentos, melhoria e aparelhamento dos órgãos de execução.

Inclusão no rateio dos emolumentos

Ainda no empenho para aumentar as fontes de arrecadação de recursos para o custeio da máquina administrativa, o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, emvidou todos os esforços institucionais para a inclusão do Ministério Público de Pernambuco na nova lei que rege a distribuição das verbas oriundas do pagamento de taxas em cartórios. Em fase de tramitação no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a legislação, que deverá ser enviada à Assembleia Legislativa, prevê que uma porcentagem dos emolumentos seja destinada ao MPPE.

Reuniões de gestão



Administração Superior, coordenadores das áreas fim e meio, membros e servidores se uniram para construir soluções conjuntas ao longo do ano. Esse espírito de colaboração permeou as atividades de monitoramento das ações estratégicas do Ministério Público.

As reuniões tiveram início já no mês de

janeiro, logo após a posse dos subprocuradores-gerais de Justiça, secretário-geral, chefe e coordenador de Gabinete. Na ocasião, foi realizado o encontro de gestão, com a apresentação do orçamento para o ano de 2017 e as ações de otimização de recursos que seriam empregadas.

Em maio e julho as reuniões se mantive-

ram, com debates para aprimorar o Portal da Transparência e a apresentação do balanço do primeiro semestre. Nesse último encontro, foram pontuados avanços como a redução significativa do número de procedimentos nas Assessorias Técnicas e na Subprocuradoria Geral de Justiça em Assuntos Jurídicos, dentre outros.

Lista de leis aprovadas em 2017

Lei Complementar nº 354 de 28 de março de 2017 - Extingue cargos de Promotor de Justiça de primeira entrância e cria cargos de Promotor de Justiça de segunda entrância, no âmbito do MPPE

Lei nº 15.996 de 28 de março de 2017 - Cria o Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Pernambuco

Lei Complementar nº 357 de 16 de maio de 2017 - Disponibiliza os cargos vagos há mais de 2 anos, por uma única vez, para remoção voluntária

Lei nº 16.144 de 13 de setembro de 2017 - Altera o prazo

da Licença Saúde do servidor de 03 para 15 dias

Lei nº 16.199 de 13 de novembro de 2017 - Nova denominação da Assistência Militar do MPPE e aumenta o efetivo para no máximo 30 militares e 02 policiais civis

Lei nº 16.207 de 29 de novembro de 2017 - Reajusta a remuneração dos Servidores

Lei nº 16.214 de 1 de dezembro de 2017 - Institui o DOE do Ministério Público do Estado de Pernambuco

Lei Complementar nº 379 de 19 de dezembro de 2017 - Cria o GAECO e define suas atribuições

CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS

OPERACIONALIZAÇÃO DO CONTINGENCIAMENTO >

- Otimização dos custos básicos
- Racionalização das despesas de custeio
- Priorização dos projetos com retorno financeiro



Novos promotores

Uma das principais conquistas de 2017 foi a chegada de novos promotores, oriundos do concurso público realizado em 2015 e prorrogado até 2019 por meio da portaria nº 1124/2017, assinada pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, em 16 de junho do ano passado. Com isso, foi possível, após a implantação de um criterioso contingenciamento orçamentário e gestões junto ao Executivo por suplementação no montante de R\$ 12 milhões, a convocação de 41 novos membros, dos quais 21 já estão atuando desde setembro e outros 20 têm posse marcada para o dia 6 de fevereiro desse ano.

Foto: AMCS





Foto:AMCS



Na posse dos 21 novos promotores, o procurador-geral anunciou que seriam convocados mais 20 ainda no ano de 2017

Cidades que receberam novos promotores

No Sertão:

- Carnaíba ● Verdejante ● Betânia
- Belém de São Francisco ● São José do Belmonte ● Bodocó ● Terra Nova
- Trindade ● Parnamirim ● Moreilândia
- Ipubi ● Cabrobó ● Floresta

No Agreste:

- João Alfredo ● Angelim ● Santa Maria do Cambucá ● Toritama ● Sanharó
- Cupira

Na Zona da Mata:

- Amaraji ● Maraial



Serrita e Moreilândia estão entre as cidades onde os novos membros do MPPE começarão suas carreiras.

Desde janeiro do ano passado, 41 novos promotores aprovados no mais recente concurso foram convocados. Com isso, o déficit de 146 cargos existente em janeiro de 2017 será diminuído em 30% quando os 20 candidatos que tomam posse em fevereiro assumirem suas Promotorias em março.

Os 21 nomeados em 2017 já estão atuando desde setembro. A distribuição das vagas atendeu a critérios como os índices de violência e o tempo passado sem promotores titulares. Na primeira leva, foram

contempladas as Promotorias de Carnaíba, Verdejante, Betânia, Belém de São Francisco, São José do Belmonte, Bodocó, Terra Nova, Trindade, Parnamirim, Moreilândia, Ipubi, Cabrobó e Floresta, no Sertão; João Alfredo, Angelim, Santa Maria do Cambucá, Toritama, Sanharó e Cupira, no Agreste; e Amaraji e Maraial, na Zona da Mata.

Antes de tomar posse, a nova turma de promotores passou um mês em um curso de imersão, em que puderam, além de tomar conhecimento sobre os trâmites do

trabalho em si, conhecer práticas e trocar experiências com membros mais antigos, incluindo palestras com integrantes da cúpula da Segurança Pública no Estado.

Em novembro, foi a vez de, como anunciou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, durante a posse dos 21 promotores em agosto, mais 20 candidatos aprovados serem convocados. Eles já comprovaram, por meio de documentação entregue ao gabinete, experiência jurídica e escolheram as promotorias em que vão atuar: Bodocó, Exu, Serrita, Ter-



A distribuição das vagas atendeu a critérios como os índices de violência e o tempo passado sem promotores titulares



Foto: AMCS

ra Nova, Trindade, Cabrobó, Carnaíba, Tabira, Inajá, Custódia, Flores, Floresta, Petrolândia e Tacaratu, no Sertão; Buíque, Águas Belas, Jupi, Ibirajuba e Lagoa dos Gatos, no Agreste; e Chã Grande, na Zona da Mata.

As nomeações só foram possíveis a partir de um profundo estudo que incluiu, entre várias ações, a Lei Complementar nº 354 de 28 de março de 2017, que extinguiu cargos de promotor de Justiça de Primeira Entrância e criou cargos de Segunda Entrância. Em maio, a Lei Complementar nº 357 criou um dispositivo que disponibiliza os cargos vagos há mais de dois anos, por uma única vez, para remoção voluntária, independentemente da sua última forma de provimento.

A partir daí, foi implementado um intenso programa de movimentação na carreira, com a publicação sistemática de editais de promoção e remoção, que abriram caminho para a alocação dos 41 promotores em 2017. Ao todo, foram 168 editais, com ênfase para a abertura de vagas em Promotorias Criminais e da Infância e Juventude. Desse total, houve um edital de promoção e dois de remoção para procuradores de Justiça.

Cidades que receberão novos promotores

No Sertão:

- Bodocó ● Cabrobó ● Carnaíba
- Custódia ● Exu ● Flores ● Floresta ● Inajá
- Petrolândia ● Serrita ● Tabira
- Tacaratu ● Terra Nova ● Trindade

No Agreste:

- Águas Belas ● Buíque ● Ibirajuba ● Jupi
- Lagoa dos Gatos

Na Zona da Mata:

- Chã Grande

Editais de promoção e remoção - Total – 168

Promoção: 53

- 2ª Entrância - 36 ● 3ª Entrância - 17

Remoção: 115

- 1ª Entrância - 70 ● 2ª Entrância - 37
- 3ª Entrância - 8

Setores de inteligência recebem reforço na atuação

A criminalidade foi apontada pelos próprios cidadãos pernambucanos, em pesquisa realizada no ano de 2017, como o tema que mais preocupa a nossa população. Para desarticular os grupos criminosos que matam as pessoas, seja pela violência física ou pela malversação dos recursos públicos, que priva a todos de serviços públicos essenciais, não faltaram iniciativas.

GAECCO



Foto:AMCS

Troca de experiências com a Lava Jato

Em setembro, o Ministério Público de Pernambuco promoveu, em Curitiba, o I Workshop Experiências da Força-Tarefa Lava Jato: técnicas especiais de investigação para o enfrentamento da corrupção. Realizada em parceria com o MPPR, a oficina contou com a participação de integrantes da força-tarefa que compõe a maior operação contra a corrupção já realizada no Brasil. Durante três dias, membros do MPPE – entre eles o procurador-geral de Justiça – compartilharam experiências com os investigadores da Lava Jato. Quatro das vagas oferecidas foram disponibilizadas para promotores criminais mediante sorteio.

Operações Gênesis, Hostes e Cidade Luz

Tecnologia contra a lavagem de dinheiro

Foto:AMCS



Uma organização criminosa que fraudou licitações em Quipapá; uma milícia que cometeu homicídios em Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte; um grupo de empresas que se uniu para superfaturar contratos de iluminação pública em Natal. Esses foram os alvos das Operações Gênesis, Hostes e Cidade Luz, deflagradas pelo Gaeco do MPPE em 2017.

Foto:AMCS



Em dezembro, durante a Semana do MP, o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, inaugurou o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro, um moderno conjunto de equipamentos e softwares específicos para auxiliar investigações que envolvem crimes sofisticados, como corrupção, tráfico de drogas e sonegação de impostos. Administrado pelo Núcleo de Inteligência do MPPE (Nimppe), o Lab-LD pode ser acionado, por meio da intranet, por qualquer promotor de Justiça.



Foto:AMCS

Recife sedia evento nacional

Foto:AMCS



Integrantes de órgãos de combate à criminalidade organizada de unidades do Ministério Público de todo o Brasil se encontraram no Recife, no início de dezembro, para uma intensa troca de experiências e

debates sobre o enfrentamento a práticas como lavagem de dinheiro, corrupção e facções criminosas, durante a reunião ordinária do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (Gncoc).

Como parte do esforço para dotar de melhores condições os setores de combate ao crime organizado e de inteligência do Ministério Público de Pernambuco, o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, enviou à Assembleia Legislativa, após aprovação no Colégio de Procuradores, duas leis que, já sancionadas e promulgadas, dão mais autonomia ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e ao Núcleo de Inteligência do MPPE (Nimppe). Com isso, ambos os órgãos ganharam estrutura de pessoal e logística adequada para um trabalho que já vem sendo reconhecido pela sociedade pernambucana.

Defesa proativa

Um dos principais frentes de atuação do Ministério Público de Pernambuco no ano que passou foi a tomada de posição diante de uma série de ataques à Instituição, tanto em nível local quanto nacional. O procurador-geral de Justiça Francisco Dirceu esteve na vanguarda em todas as batalhas, defendendo os posicionamentos de respeito ao Estado democrático de direito, tornando o MPPE um baluarte contra os que querem uma sociedade menos justa.

Em 20 de setembro, o procurador-geral de Justiça expediu a recomendação nº003/2017, determinando critérios para implantação em Pernambuco dos termos da Resolução nº181/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estabelece a celebração, por parte do promotor de Justiça, do acordo de não persecução penal. Francisco Dirceu também determinou a realização de seminários para orientar os promotores de Justiça via Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (Caop Criminal) e ainda convidou opositores da medida, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação dos Magistrados de Pernambuco para debater os detalhes do expediente, utilizado em grande parte dos países desenvolvidos.

A medida não pode ser aplicada em todos os casos. Ape-

nas para crimes sem violência ou grave ameaça. Na presença de um advogado ou defensor público, o promotor oferece um acordo de pena alternativa, já prevista em lei, mediante confissão e indicação de provas. Em alguns casos, pode haver o ressarcimento imediato do dano à vítima.

O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPNG) endossou as decisões do MPPE e aprovou, por unanimidade, a implantação da medida em todo o Brasil, criando ainda uma comissão para estudar a melhor forma de instituir os acordos, da qual Francisco Dirceu Barros participou. O grupo de trabalho sugeriu alguns ajustes, como a concordância do Judiciário como forma de fortalecer o instrumento. O CNPNG deve decidir em breve sobre a data para a aplicação do acordo.





Na presença de um advogado ou defensor público, o promotor oferece um acordo de pena alternativa, já prevista em lei, mediante confissão e indicação de provas. Em alguns casos, pode haver o ressarcimento imediato do dano à vítima.



Encontros e debates foram promovidos para ouvir a opinião de outros órgãos e debater os assuntos que dizem respeito à atuação dos promotores e procuradores de Justiça

Foto:AMCS

Um ano de resolutividade perante o CNMP

Que 2017 foi um ano de muito trabalho, não há quaisquer dúvidas. Atuando com firmeza e celeridade e cobrando responsabilidade e empenho de todos os gestores e suas respectivas equipes, foi possível, em pouco tempo, cumprir com prazos e diminuir consideravelmente o número de demandas pendentes apontadas nos relatórios da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), resolvendo gargalos há muito criados. Com isso, o Ministério Público de Pernambuco caminha a passos largos rumo ao protagonismo nacional que a sociedade tanto espera.

De acordo com dados da Assessoria Técnica em Matéria Administrativa Disciplinar (ATMA-D), os relatórios das inspeções ocorridas em outubro de 2016 geraram 32 determinações/recomendações pela Corregedoria Nacional direcionadas à Procuradoria Geral de Justiça. Destas, mediante as orientações dadas pelo procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, 19 foram consideradas cumpridas.

Pode-se destacar alguns dos problemas solucionados. Como os projetos estratégicos de Estruturação de Procuradorias e Promotorias de Justiça (EPPJ) e

Centrais de Atendimento, Distribuição e Diligências (Ceadd), melhorando sensivelmente as condições estruturais de atendimento ao público e desenvolvimento das atividades de membros e servidores atuantes, especialmente, nas Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital.

Também em atendimento à determinação do CNMP, foram promovidos cursos de capacitação do sistema Arquimedes para as promotorias correicionadas. Houve o impulsionamento do novo sistema MNI que, apesar de estar concluído pela Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação (CMTI), aguarda adequação ao Processo Judicial Eletrônico (PJe) para implementação.

Na área de inteligência, o procurador-geral de Justiça promoveu incremento na estrutura padrão do Núcleo de Inteligência do MPPE (Nimppe), que culminou com a implementação do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Lab-LD).

Com relação ao funcionamento do Gabinete do PGJ, definiu-se um novo modelo de distribuição de atribuições entre o chefe de Gabinete e o coordenador de Gabinete. Com isso, o

Gabinete se transformou em um órgão mais ágil, com funcionamento em dois expedientes e com priorização dos requerimentos eletrônicos como forma de tornar mais célere o atendimento às demandas internas e externas, além de dispensar, quando possível, o uso de papel, trazendo mais economia e responsabilidade ambiental.

Um outro ponto de destaque foi a ampliação das atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania com atuação no Patrimônio Público, através de Resolução CPJ 014/2017, que agregaram a investigação e o processamento dos crimes correlatos a sua atribuição, podendo atuar isolada ou em conjunto com as Promotorias de Justiça Criminal.

O reconhecimento do CNMP ao esforço de resolução e ao salto de qualidade pode ser comprovado pelas palavras do conselheiro Gustavo do Vale Rocha, relator de um PCA instaurado ainda em 2015 e que, só a partir das determinações do procurador-geral de Justiça, foi resolvido. “O procurador-geral foi o único que efetivamente buscou uma solução para o caso, demonstrou interesse em solucionar a questão, fez suas ponderações

“O procurador-geral foi o único que efetivamente buscou uma solução para o caso, demonstrou interesse em solucionar a questão, fez suas ponderações com relação às dificuldades e demonstrou o devido respeito ao CNMP”

com relação às dificuldades e demonstrou o devido respeito ao CNMP”, afirmou Rocha, na 19ª Sessão Ordinária do CNMP, realizada em Brasília, em 10 de outubro do ano passado.

“Estivemos em Brasília diversas vezes para atuar diretamente na resolução destas demandas. Conversamos com conselheiros e demonstramos o nosso empenho em zerar essa pauta de pendências. Tudo aponta para que tenhamos em 2018 soluções definitivas, condizentes com a história e a relevância do MPPE”, afirmou Francisco Dirceu Barros.

Audiências sem promotor

No ano passado, a Procuradoria Geral de Justiça também se posicionou contra o que seu chefe considera uma “afrenta” ao Ministério Público: a realização de audiências criminais sem a presença de promotores de Justiça. Francisco Dirceu Barros solicitou à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, para interposição de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para impedir que a Recomendação nº01/2014, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), continue sendo aplicada pelo Judiciário pernambucano.

Por iniciativa da Escola Superior do MPPE, em parceria com a Associação do Ministério Público de Pernambuco (Amppe), foi realizado um seminário para discutir o assunto, com a presença do procurador-geral de Justiça, que reafirmou o protagonismo do MPPE como autor da ação penal, descartando, entretanto, qualquer crise institucional com o Judiciário: “Defendemos uma relação harmoniosa entre as instituições, mas há uma via de mão dupla. Não podemos deixar que outros poderes interfiram em nossas prerrogativas”.

“Afronta” ao
Ministério Público:
a realização de
audiências criminais
sem a presença de
promotores
de Justiça

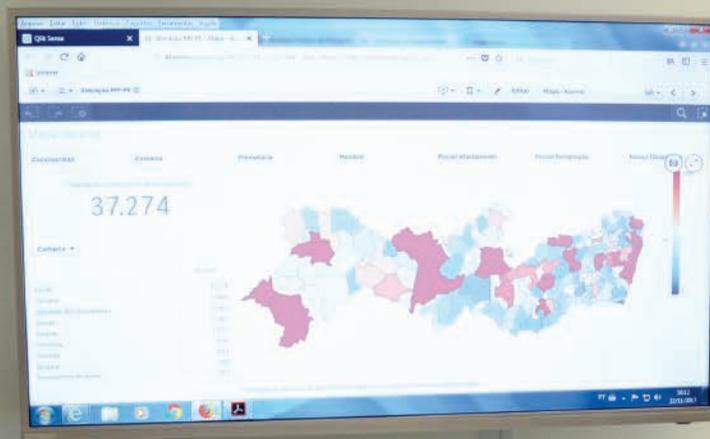
Adesão ao sistema de localização de desaparecidos



Foto:AMCS

O Ministério Público de Pernambuco voltou a ter o status de protagonista no cenário nacional. O procurador-geral de Justiça assumiu a dianteira da defesa de sua instituição em diversos assuntos. Como, por exemplo, na adesão do MPPE ao recém-criado Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid), em cooperação com o CNMP e o Ministério Público do Rio de Janeiro. A ideia é fazer com que os bancos de dados locais sejam integrados, sistematizando procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano, com cruzamento de dados. “Pernambuco é o 10º Estado com maior número de desaparecidos, totalizando 19.244 pessoas. A adesão ao sistema vai nos ajudar a diminuir a dor de muitas famílias”, explicou Francisco Dirceu Barros, em 20 de novembro, por ocasião da assinatura do termo.

Pernambuco também se fez presente no Pacto do Ministério Público Brasileiro Contra a Corrupção. “Temos trabalhado incessantemente contra a corrupção. É um mal que assola o País culturalmente, o que nos leva a entender que somente tendo a educação como aliada poderemos extirpar essa chaga”, disse, em 4 de dezembro, o procurador-geral de Justiça, quando da adesão ao pacto.



Monitores instalados no Gabinete da Procuradoria Geral e da Secretaria Geral mostram dados em tempo real

Gabinete inteligente

Dados, estatísticas e informações em tempo real são a base para uma tomada de decisões estratégicas mais consciente e acertada. A aposta na eficiência se tornou realidade com a adoção de uma moderna ferramenta de gestão.

Uma nova ferramenta de gestão estratégica já está disponível à Procuradoria Geral de Justiça e à Secretaria Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE). O Gabinete Inteligente é um painel eletrônico de monitoramento que vai ajudar o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, o chefe de Gabinete, Paulo Augusto Oliveira, e o secretário-geral, Alexandre Augusto Bezerra, tomarem decisões mais rápidas e precisas, baseadas em informações armazenadas em diversos setores do MPPE.

Com o Gabinete Inteligente, os gestores têm à mão dados sobre mapa de acumulação, designações, afastamentos, centro de custos e férias de membros e servidores. A ferramenta, que utiliza a tecnologia de Business Intelligence (BI), filtra dados e gera relatórios específicos sobre departamentos e Promotorias de Justiça do MPPE, apresentando radiografias de como se encontra a situação de

pessoal em cada setor. “A partir de agora, teremos como interagir com os colegas promotores de todos os municípios. E o melhor: em tempo real. É uma inovação importante e que vai dinamizar as relações dentro do Ministério Público”, afirmou o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros.

Tecnologias BI fornecem histórico de um determinado setor, minerando dados e gerando relatórios e uma visão completa do objeto de estudo com fácil interpretação, apesar do volume de informações. “Com acesso rápido a esses painéis do BI, o gestor tem condições de avaliar com maior exatidão e decidir com mais agilidade em tempo real. É uma ferramenta essencial para auxílio na tomada de decisões estratégicas”, comentou o coordenador da Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação, Evisson Lucena.

Ao todo, três televisores foram instalados para facilitar a exposi-

ção dos dados, através de um painel de monitoramento constante. Um na sala do procurador-geral de Justiça, um na do chefe de Gabinete e outro na do secretário-geral.

“O BI, com seus painéis, nos dá em tempo real elementos necessários à tomada de decisão. O MPPE começa a adotar essa ferramenta para orientação e encaminhamentos diários de sua gestão. É indiscutivelmente um grande avanço”, assegurou o secretário-geral do MPPE, Alexandre Augusto Bezerra. “Trata-se de uma ferramenta de gestão da maior importância para o gerenciamento das informações, integrando todos os bancos de dados existentes no Ministério Público, o que permite uma ação mais rápida e precisa no que se refere aos membros da instituição”, complementou o chefe de gabinete, Paulo Augusto Oliveira.

“A partir de agora, teremos como interagir com os colegas promotores de todos os municípios. E o melhor: em tempo real. É uma inovação importante e que vai dinamizar as relações dentro do Ministério Público”



Foto:AMCS

MPPE saiu da cerimônia do Prêmio CNMP 2017, em Brasília, com dois troféus. A estatueta do Combrascom (abaixo, à direita), foi recebida em Maceió.

Três prêmios nacionais obtidos

O MPPE encerrou o ano de 2017 com o reconhecimento pelas ações desenvolvidas. No mês de junho, o kit educativo da campanha Corrupção. Tem Jeito venceu a categoria Publicação Especial do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (Combrascom 2017). O kit é composto por um jogo da memória e a revista em quadrinhos Um conto da Corrupção.

Já no mês de agosto duas iniciativas institucionais se destacaram no Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (Prêmio CNMP 2017). A campanha Humanização do parto. Nasce o respeito ficou em segundo lugar na categoria Comunicação e Relacionamento, enquanto o projeto Fiscalizando a Atenção Básica à Saúde obteve o terceiro lugar na categoria Defesa dos Direitos Fundamentais.



Escaneie o QR Code acima e veja a matéria da WebTV do MPPE sobre o Prêmio CNMP 2017

Foto:AMCS



O MPPE encerrou o ano de 2017 com o reconhecimento pelas ações desenvolvidas

Listas de transmissão tornam informação mais ágil

Para dar mais agilidade e praticidade à difusão de informações de interesse institucional, informes e todo tipo de conteúdo relevante para o público interno, o MPPE adotou as listas de transmissão Direto da PGJ e MPPE Informa, no WhatsApp.

O gerenciamento da lista de trans-

missão Direto da PGJ, somente para membros, cabe ao gabinete do procurador-geral de Justiça, assim como o cadastramento e manutenção da agenda de telefones. O Direto da PGJ tem como objetivo passar informações de interesse dos membros do MPPE.

Já a lista de transmissão MPPE Informa,

para membros e servidores, é gerenciado pela Assessoria Ministerial de Comunicação Social e passa informações da Secretaria Geral do MPPE; informações institucionais do âmbito da Procuradoria Geral de Justiça; informações de ações promovidas pelo MPPE.

Estreitamento do diálogo com o público interno

Uma relação de horizontalidade, marcada pela franqueza e transparência. Assim pode-se classificar o diálogo entre a Administração Superior e as categorias que integram o Ministério Público de Pernambuco, em uma praxe que se confirmou exitosa a cada reunião conjunta.



Encontros com servidores se tornam praxe na agenda da SGMP

No dia 4 de maio, cerca de 500 servidores compareceram à reunião com a Secretaria Geral para debater sobre a situação financeira e administrativa do MPPE. Na ocasião, o secretário-geral Alexandre Bezerra detalhou as medidas de contingenciamento adotadas e os servidores puderam apresentar

seus pleitos à gestão.

Em junho, a Secretaria Geral do MPPE se reuniu com as três entidades que representam os servidores (Sindicato e Associações de Técnicos e Analistas), iniciando uma nova metodologia de mesa permanente de negociação.

Reuniões com AMPPE e aposentados

O diálogo foi premissa básica na relação com os representantes dos membros ativos e inativos do MPPE. A Associação e o Instituto do Ministério Público tiveram vez, voz e



portas abertas nas reuniões e iniciativas desenvolvidas pela Instituição.

Semana do MPPE

Foto:AMCS



Não faltaram debates, atividades culturais e de integração na Semana do MPPE 2017

Foto:AMCS



Uma programação repleta de debates, conhecimento, cultura e integração marcou a Semana do MPPE 2017, realizada entre os dias 9 e 15 de dezembro.

A primeira atividade foram as Olimpíadas do MPPE (veja mais na página 33), realizadas nos dias 9 e 10 de dezembro. No dia 11, teve início o calendário de eventos, com a abertura dedicada à homenagem aos 15 anos do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Discriminação Racial (GT Racismo). Além de palestra sobre o racismo e o cotidiano da juventude negra, foi aberta a exposição fotográfica Juventude Negra e sua Realidade, com imagens produzidas por

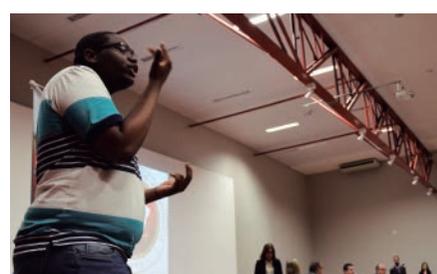
Foto:AMCS



estudantes de graduação em Fotografia.

No dia seguinte, 12 de dezembro, ocorreu o lançamento do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (saiba mais na página 19) e sessão solene da Assembleia Legislativa de Pernambuco em homenagem ao MPPE. Em 13 de dezembro, a programação incluiu a ação Caops e suas Ações para a Sociedade Civil, o lançamento da exposição fotográfica MPPE na Estrada, com fotos das cidades visitadas pela equipe da Assessoria de Comunicação Social, e a exibição do documentário Pedro Jorge: uma vida pela Justiça, do Ministério Público Federal.

Foto:AMCS



No dia 14 de dezembro, o procurador-geral Francisco Dirceu Barros lançou a campanha institucional Educação contra a Corrupção, em visita a uma escola pública no bairro da Soledade, no Centro do Recife (veja mais na página 6). No mesmo dia também houve o lançamento do livro Acordo de não persecução penal e da campanha #OMinistérioPúblicoEstáAqui, da AMPPE. O dia foi encerrado com atrações culturais, com apresentações do Grupo Cultural do Instituto do MPPE, da Orquestra Criança Cidadã e a peça Operação Lava Jato do Matuto, do humorista Zê Lezin. As apresentações foram realizadas no Teatro de Santa Isabel.

Indo a todas as regiões do Estado para defender direitos

Diante de um amplo leque de atribuições, não faltaram iniciativas do MPPE para promover a cidadania. Os Centros de Apoio Operacional mobilizaram, em conjunto com os promotores de Justiça, esforços para fazer a diferença em 2017



Infância e Juventude



Foto:AMCS

Não basta ter escola: ela precisa ser acessível, de modo que toda criança, até mesmo aquela que mora na zona rural, possa comparecer à sala de aula. Com esse foco, o MPPE realizou sete encontros regionais em parceria com o Detran para explicar a legislação de trânsito, os itens de segurança exigidos e a atuação do MPPE na fiscalização do transporte escolar.

Outro assunto que mobilizou os promotores da Infância e Juventude no ano de 2017 foi o debate sobre a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. A iniciativa culminou com a realização de um encontro regional na cidade de Goiana, com a participação do Ministério Público do Trabalho, Assembleia Legislativa e Polícia Rodoviária Federal, além de integrantes da rede de proteção de vários municípios vizinhos.

A situação dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas também esteve entre as prioridades do MPPE. O Caop Infância e Juventude mobilizou os membros e, somente

em 2017, 19 recomendações foram expedidas para cobrar a aprovação dos planos municipais de atendimento socioeducativo. Também foram realizadas reuniões com o Governo do Estado e o CNMP para responder à crise do Sistema Socioeducativo, que sofreu com rebeliões e mortes de adolescentes no primeiro

semestre.

Por fim, o tema da saúde mental ganhou destaque, com a realização de oito eventos regionais sobre centros de atenção psicossocial para crianças e adolescentes (ver tabela abaixo).

ENCONTROS REGIONAIS CAPS				
EVENTO	LOCAL	DATA	PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS ALCANÇADOS
I	São Lourenço da Mata	30.03.2016	44	6
II	Olinda	29.04.2016	85	7
II	Palmares	01.06.2016	87	11
IV	Salgueiro	10.08.2016	74	16
V	Petrolina	14.09.2016	90	7
VI	Gravatá	28.09.2017	109	10
VII	Caruaru	04.10.2017	65	18
VIII	Garanhuns	27.11.2017	36	23



Ações coordenadas com órgãos estratégicos pela defesa do meio ambiente

Algumas ações foram destaque na atuação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente em 2017. Com o Projeto MPPE Dialoga, o Caop Meio Ambiente aproximou os atores de relevância estratégica na defesa do meio ambiente. Juntos, promoveram mudanças na construção coletiva da gestão pública. Na sua 1ª edição, foi abordado o tema Proteção dos Manguezais, que envolveu professores, pesquisadores, movimentos sociais, representantes do poder público e da sociedade civil. O encontro ocorreu em novembro passado. Com o Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, o MPPE congregou entidades públicas e privadas para ações na defesa do consumidor e do meio ambiente contra os impactos dos agrotóxicos e produtos afins. Uma das atividades do Fórum em 2017 foi uma ação de educação ambiental, na Praça do Derby, como parte da celebração do Dia Mundial de Luta contra os Agrotóxicos (3 de dezembro). E os problemas ambientais causados pelas lavanderias no Polo Têxtil de Pernambuco exigiram que o Caop Meio Ambiente desenvolvesse um plano de ação envolvendo todas as Promotorias de Justiça Ambientais dos municípios atingidos para minimizar e evitar impactos negativos na região, tanto na água dos rios quanto no solo.



Por fim, dentro do Projeto Lixo, Quem se Lixa?, o MPPE intermediou junto aos municípios pernambucanos a assinatura de novos TCAs, já contabilizando 125 termos celebrados, inclusive com o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, sem contar com os Termos Aditivos. Também estabele-

ceu-se a parceria entre o MPPE, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), a CPRH e o Iba-ma para a fiscalização conjunta da Gestão Ambiental Municipal e o efetivo funcionamento dos Consórcios Públicos entre municípios para a gestão de aterros sanitários públicos.



Foto:AMCS

Batendo metas contra a criminalidade

Resultados expressivos e a superação da Meta da Enasp. No ano de 2017, os promotores criminais responderam à proposta do Caop Criminal de ampliar o Mês Nacional do Júri, em novembro, para um esforço concentrado que se estendeu entre outubro e dezembro.

Na Capital, por exemplo, a 4ª Vara do Tribunal do Júri chegou à marca dos 200 julgamentos no ano de 2017 ainda no mês de novembro. Esse resultado foi obtido com a cooperação entre

MPPE e Justiça, que conseguiu elevar a pauta semanal para dez júris, mais que o dobro do total realizado em outras Varas.

Além desses números, o MPPE também continua recebendo adesões ao projeto Pacto dos Municípios pela Segurança Pública, que fechou o ano com 73 prefeitos agindo para contribuir no combate à criminalidade. A iniciativa prevê que as gestões municipais adotem medidas simples para contribuir na redução da criminalidade.

Caop Saúde prioriza articulação

Articulação e fiscalização foram as prioridades na defesa do direito à saúde dos pernambucanos. Com base nos dados levantados pelo projeto Fiscalizando a Atenção Básica à Saúde, o MPPE promoveu uma reunião com todos os promotores de Defesa da Saúde do Sertão do São Francisco para cobrar melhorias. Da mesma forma, estão sendo adotadas medidas para estimular os municípios a implantar as redes de atenção psicossocial e repassar infor-

mações sobre a rede de assistência obstétrica em todo o Estado. E os efeitos do surto de casos de microcefalia associada ao Zika vírus levaram à criação de um comitê gestor voltado às crianças com doenças raras, com a participação do MPPE, Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Cremepe, dentre outros órgãos.

Inclusão e empoderamento



Foto:AMCS

O Caop Cidadania promoveu inclusão e empoderamento em 2017. Os maiores exemplos foram a realização de mais um módulo do curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para membros e servidores, além da palestras sobre a acessibilidade no mundo jurídico, que foi realizada em português e Libras. Outros eventos que abriram es-

paço para a diversidade foram o Encontro LGBT de Terreiros e o Colóquio Visibilidade Lésbica - Arte e Empoderamento. O Caop também focou esforços na orientação sobre as políticas de assistência social, com a realização de seminários e a elaboração de fluxos de atendimento para a população.

De olho no uso de recursos públicos

O Caop Patrimônio Público já começou o ano de 2017 cobrando, junto com os promotores de Justiça locais, responsabilidade dos novos prefeitos no uso dos recursos públicos. Além de acompanhar as transições de governo, o MPPE expediu recomendações e instaurou procedimentos para assegurar que o pagamento dos servidores e a manutenção dos serviços públicos tivessem prioridade frente a

gastos com shows e festividades.

O Caop também prestou apoio essencial na orientação aos promotores de Justiça para fiscalizarem o uso de recursos públicos nas 27 cidades que tiveram estado de emergência decretado. O tema foi amplamente debatido em reunião com os prefeitos na cidade de Palmares, na Mata Sul do Estado.

Caop Educação

Criado em 2017, o Caop Educação já assumiu tarefas relevantes como a aprovação do projeto de Creche Escolar, que passou a ser uma iniciativa estratégica do MPPE; a articulação e deflagração do projeto Educação contra a corrupção; e a finalização do projeto institucional Priorizar a Escola. Além dessas ações, o acompanhamento do transporte escolar, que era de responsabilidade do Caop Infância e Juventude, passa a ser de atribuição do Caop Educação.

MPPE promoveu uma série de ações em defesa do consumidor

Foto:AMCS



Encontro nacional debateu assuntos como superendividamento, planos de saúde, serviços de internet e telefonia



Foto:AMCS



Foto:AMCS

Escaneie o QR Code à direita e acompanhe como foi a blitz educativa no Aeroporto do Recife



Água, energia elétrica, telefonia, alimentos, transporte, saúde suplementar. Não faltou atuação do MPPE em nenhuma área do Direito do Consumidor no ano de 2017. Em maio, o MPPE recebeu membros dos MPs de todo o Nordeste, além do MPF, para debater sobre uma atuação coordenada na área dos serviços regulados. Já nos meses

de junho e julho, o Caop Consumidor realizou duas ações de conscientização diretamente com a população: em junho, os passageiros do metrô do Recife aprenderam sobre a segurança na compra de alimentos; no mês seguinte, teve blitz educativa no Aeroporto dos Guararapes sobre as novas regras de despacho de bagagem.

E em agosto, o Recife sediou o Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor, com diversas palestras temáticas. No final do evento, foi assinado um termo de cooperação técnica entre MPPE e ANS, a fim de resguardar os direitos dos usuários de planos de saúde.

MP na luta contra a sonegação

Conhecimento como arma para enfrentar a sonegação. Com esse foco, o Caop Sonegação Fiscal promoveu, no mês de maio, o curso Direito Penal Tributário: técnicas investigativas. O encontro apresentou formas de obter provas na investigação de crimes contra a ordem tributária e contou com a presença de promotores de Justiça, delegados e auditores fiscais da Fazenda. Outra ação capitaneada pelo Caop foi a campanha do Mês de Combate à Sonegação Fiscal, que contou com material educativo postado nas redes sociais com informações práticas de esclarecimento aos cidadãos.

Débitos após notificação do MPPE

Dados da Secretaria da Fazenda



R\$ 29,1 milhões liquidados



R\$ 20,2 milhões em recuperação



Foto:AMCS



Os calendários 2018 do MPPE estão ilustrados com desenhos dos filhos de servidores (à esquerda); já no mês de dezembro foram realizadas as Olimpíadas MPPE 2017 (à direita).

Valorização dos servidores

As Olimpíadas do MPPE 2017 reuniram 305 atletas, entre membros e servidores da Instituição, com o objetivo de promover um estilo de vida saudável e a integração entre todos que fazem parte do MPPE. Realizada nos dias 9 e 10 de dezembro, o evento contou com disputas em várias modalidades: futebol, basquete, tênis de mesa, vôlei, dominó, xadrez e totó.

Os participantes também ganharam uma

medalha de ouro na categoria solidariedade: os inscritos doaram 237 quilos de alimentos não perecíveis, que foram enviados para a instituição de longa permanência para idosos Lar Batista para Anciões, no bairro da Várzea, Zona Oeste do Recife.

Já o Workshop de Saúde e Bem-estar, realizado no dia 31 de agosto, trouxe aos integrantes do MPPE reflexões sobre como adotar atitudes em busca de uma vida mais

saudável, com palestras sobre como lidar com o estresse e alimentação saudável. Também foram disponibilizados serviços de saúde como aferição da pressão arterial e do índice glicêmico, massagem, exercícios de alongamento e reeducação postural, informações sobre prevenção de doenças, dentre outros.



Foto:AMCS

Segundo a Gestão de Pessoas,

em 2017, foram realizadas

493 progressões funcionais e

185 promoções por elevação

de nível de servidores



Foto:AMCS

Negociação traz bons resultados

Não há patrimônio mais importante para uma instituição que o humano. O MPPE manteve a mesa permanente de negociação com os servidores ao longo do ano e ficou definida a recomposição dos vencimentos em duas parcelas anuais de 4%, retroativas aos meses de outubro de 2017 e de 2018. A Lei Estadual nº16.207/2017 foi promulgada no dia 29 de novembro de 2017.

Também foi aprovada em 2017 a lei nº16.144/2017, que ampliou de três para

15 dias o limite de tempo para a concessão administrativa de licença médica dos servidores. Dessa maneira, só será necessário comparecer à Junta Médica do Estado se o afastamento for superior a 16 dias.

Membros, servidores e estagiários do MPPE também puderam aprender e discutir sobre o assédio moral no ambiente de trabalho. A mesa redonda foi realizada no mês de agosto e abordou como identificar a prática, medidas de prevenção e a quem recorrer caso essa conduta seja constatada.

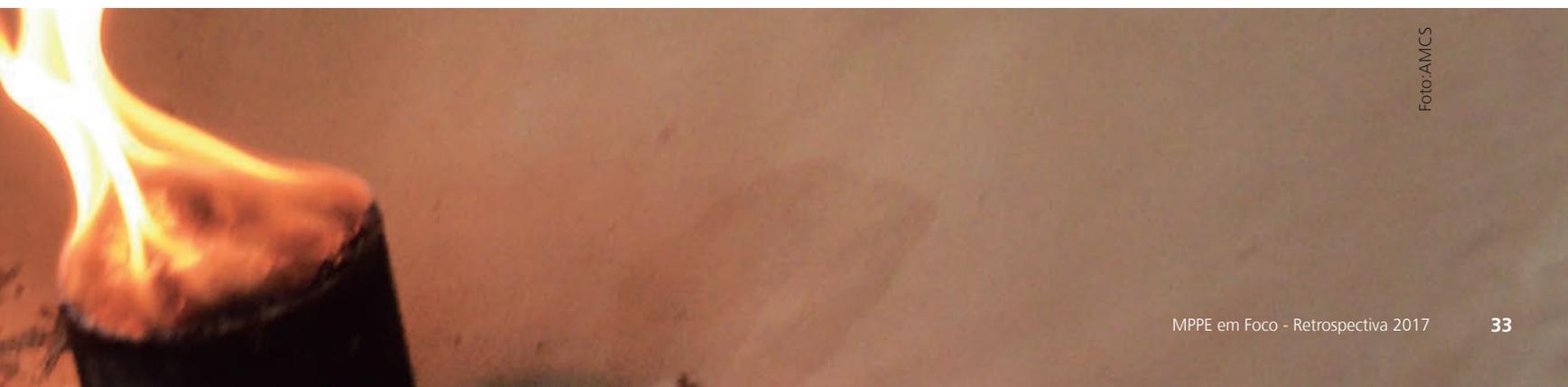


Foto:AMCS

Reformas e construção de Promotorias no interior

Vários processos licitatórios para modernização ou construção de sedes de Promotorias foram destravados em 2017. A sede de Escada hoje funciona no Fórum de Justiça da cidade e terá uma casa oficial adaptada para a nova função. A edificação contará com espaço para apoio administrativo, recepção, sala de espera, sala de audiência, sala técnica, 13 vagas de estacionamento (sendo uma para pessoa com deficiência e uma para pessoa idosa) e bicicletário. A conclusão do prédio da sede de Caruaru levará sete meses. Serão sete pavimentos. A construção foi planejada para se integrar à construção antiga, não só no que se refere aos acessos, como também na leitura das fachadas, materiais, cores e texturas, bem como à

área de acessos e estacionamento. Em Nazaré da Mata, a nova sede será no centro da cidade, em local próximo do prédio onde funciona a atual, em um prédio projetado para que, caso haja necessidade futura, possa haver uma expansão de quadro de pessoal. Até o Centro Cultural Rossini Alves Couto, no Recife, receberá novo tratamento nas suas fachadas dotando a edificação de maior segurança e fortalecendo a sua identidade visual. O projeto contempla materiais de fácil limpeza nas áreas mais altas do prédio, facilitando a conservação e manutenção da edificação.

O MPPE investirá

R\$ 6 milhões
em obras de infraestrutura

Foto:AMCS


MPPE
MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Sede única em andamento

Foto:AMCS



Foto:AMCS



Planta e projeção da futura sede única do MPPE já foram apresentadas. As etapas para aprovação do projeto seguem avançando.

A materialização da Sede Única avançou, com mais uma etapa concluída. Em novembro, o procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, assinou as plantas do projeto legal arquitetônico, que detalham como será a edificação que abrigará membros e servidores em um prédio de 14 andares, com 29.550 m², além de um anexo com 3.812m² e um edifício garagem, com 771 vagas para automóveis, 53 para

motocicletas e 76 para bicicletas. As plantas foram entregues à Prefeitura da Cidade do Recife para a aprovação do projeto, que será erguido no bairro de Santo Amaro, no terreno que pertencia à antiga CTU. Vencida mais esta etapa, chega a vez do MPPE providenciar o projeto básico de arquitetura, dando início ao layouts das salas e setores. Depois, virão as licitações para os projetos complementares, que são: os

de estrutura, instalações elétricas, gerador, sonorização e TV, automação, SPDA, CFTV, cabeamento e telefonia, paisagismo, sinalização, acústica, projeto do novo data center, segurança e combate a incêndio, instalações hidrossanitárias, climatização e exaustão mecânica. A previsão, segundo o cronograma da Sede Única, é que a licitação para as obras ocorra no segundo semestre de 2018.

Renovação da frota de veículos

Para aprimorar a qualidade do serviço, assim como a segurança de membros e servidores, uma nova frota de automóveis foi adquirida em novembro. Sete caminhonetes S10 cabine dupla e duas SUV Pajero Outdoor. Os veículos são todos zero quilômetro, foram locados através de licitação e substituem parte

da antiga frota que apresentava muitos quilômetros rodados, com alguns carros apresentando defeitos. Com a locação, a manutenção, o seguro e a substituição do veículo em caso de defeito são de responsabilidade da locadora, o que reduz o custo do investimento do MPPE.

Foto:AMCS





Novas soluções ajudaram a dar agilidade ao trabalho de todos os integrantes da Instituição

Doação de equipamentos pela Receita Federal

Para fazer mais e melhor é imprescindível oferecer as ferramentas adequadas para dar agilidade ao trabalho de todos que fazem o MPPE. E a tecnologia entra como aliada de primeira linha na otimização de custos e maximização dos resultados

A Receita Federal doou ao Ministério Público de Pernambuco dois lotes de equipamentos apreendidos, compostos em sua maioria de componentes e utensílios eletrônicos, que foram apreendidos em operações de combate ao contrabando da Polícia Federal e da própria Receita Federal na Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. São câmeras foto-

gráficas, teclados para computador, coolers (ventiladores para CPUs), gabinetes, mouses, impressoras, memórias, fontes e monitores de vídeo em perfeito estado de conservação. De acordo com o secretário-geral do MPPE, Alexandre Augusto Bezerra, a doação é muito bem-vinda, pois representa economia de recursos para a Instituição.

PE-Integrado

Começou em dezembro capacitação dos integrantes do MPPE para o uso do Sistema PE-Integrado. O sistema atualmente é utilizado para aquisições de bens e serviços, através dos módulos de solicitação de compras, cotação, compra direta (dispensa e inexigibilidade) e pregão eletrônico. Com ele, fica mais eficiente o processo de aquisições, através, dentre outras possibilidades, da ampliação da pesquisa de preços e da contratação com uma maior quantidade de fornecedores. O MPPE também ganha a chance de aumentar a publicidade dos seus processos de aquisição, de consultar preços praticados que reflitam a realidade do mercado regional e nacional.

Foto: AMICS



Equipamentos começam a ser enviados às Promotorias em 2018

Foto: AMICS





Foto: AMCS

MPVan

O novo sistema de controle das Vans do MPPE, o MPVan, informa a localização exata das Vans que circulam na capital e transportam membros e servidores entre os prédios do MPPE. O sistema funciona também em tablets e smartphones. Com o MPVan, as pessoas poderão otimizar tempo entre os deslocamentos, gerando economia para o MPPE, pois não precisam mais esperar de forma ociosa pelo transporte.



mpVAN



Implantação do SEI

Em novembro, começaram os treinamentos de pessoal para a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Trata-se de uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades que aumentam a eficiência administrativa permitindo a gestão de processos e documentos em um mesmo ambiente virtual. O SEI foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), no âmbito do Processo Eletrônico Nacional (PEN), com a finalidade de construir uma infraestrutura pública de processos administrativos eletrônicos. O novo sistema traz uma forte mudança de paradigma na concepção da gestão de documento e informações, que ainda está sedimentada no uso do papel, e novos elementos de recuperação e acesso à informação. Com o SEI, haverá uma redução de custos de postagens ao MPPE, que atualmente tem uma média mensal de R\$ 27 mil. Haverá também economia de papel e toner para impressão, assim como nos deslocamentos da frota de motocicletas, diminuindo os gastos com abastecimento e manutenção.

Renovação do parque de computadores

O parque de computadores do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) passa por renovação. Foram 500 novas máquinas empenhadas. O plano do MPPE é comprar 500 computadores por ano e, ao final de quatro anos, substituir todo o parque da Instituição. Os computadores, que começam a ser enviados no primeiro semestre de 2018, substituem os de tecnologia ultrapassada, reduzindo despesas, diminuindo o emprego de recursos humanos e materiais no serviço de manutenção.

Webcams trazem celeridade

Os gargalos que as distâncias causam no trabalho diário diminuem a cada dia. Uma destas medidas está em pleno processo de implementação: a instalação de câmeras em computadores de todas as Promotorias e Procuradorias de Justiça nas 14 Circunscrições do Estado. A instalação de 500 kits de webcam e headset (fones de ouvido e microfone) está prevista para o início de 2018 e vai permitir a realização de videoconferências dos membros do Ministério Público entre si e também com integrantes de outras instituições. Também será possível a gravação de audiências.



Foto:AMCS

AMSI percorreu várias cidades do interior para oferecer capacitação aos membros e servidores

CNMP institui a Política de Segurança Institucional

O Ministério Público brasileiro conta, desde o ano passado, com uma Política Nacional de Segurança Institucional. Os procedimentos e rotinas estão sendo implementados para incrementar as ações já desenvolvidas pela Assessoria Ministerial de Segurança Institucional. De acordo com a Política, as unida-

des do Ministério Público terão um prazo de dois anos para implementar as medidas.

A Política de Segurança Institucional do MP define quatro áreas de atuação protetiva, com o foco na segurança de pessoas, de material, das áreas e instalações e da informação.

Treinamentos de segurança

Um exemplo de ação permanente desenvolvida pela AMSI é a realização contínua de treinamentos de segurança. Em 2017, essa iniciativa ocorreu em Arcoverde, Limoeiro, Nazaré da Mata, Olinda, Salgueiro e Serra Talhada. Dentre os assuntos repassados estão medidas de segurança no acesso de pessoas aos espaços físicos, cuidados com documentação e rotinas de segurança.

Também foram apresentados à Administração Superior do MPPE os termos de referência de planos de controle de acesso aos edifícios Roberto Lyra e Paulo Cavalcanti, no Recife, e para as 95 Promotorias de Justiça que funcionam dentro de Fóruns; e termos de referência para a aquisição de kits de primeiros socorros para todas as sedes de Circunscrição.



Foto:AMCS

Os treinamentos abordaram procedimentos de segurança e controle de acesso

Escola Superior do Ministério Público

As atividades da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP) ao longo de 2017 se voltaram, como sempre, para estreitar o diálogo com a sociedade e sintonizá-la com as demandas atuais tanto as da população quanto as de membros e servidores, pensando em contribuir com políticas públicas para o benefício social, além da interação e cooperação do MPPE com outros órgãos públicos. Assim, a ESMP realizou seminários, encontros, palestras, convênios e cursos, que no total, somaram 35 atividades de capacitação com o envolvimento de público total de 2.194 pessoas, entre 298 membros, 459 servidores, 371 estagiários universitários e 1.066 pessoas do público externo, destacando: o Seminário Revenda de GLP: desafios e enfrentamentos; IV Encontro do MPPE sobre os direitos da Pessoa Idosa: Programa de Apadrinhamento do Idoso, Tomada de Decisão Apoiada e a Resolução nº 154 do Conselho Nacional do Ministério Público; 1º Seminário MPPE de Educação Inclusiva; Seminário Libras uma linguagem de direito; Encontro Proteção dos Manguezais; Palestra A violência de Gênero e o Direito Penal: uma análise desde a perspectiva do direito comparado; Painel



de debates sobre As origens da violência extrema no Brasil; Convênio nº 56/2017, com o Tribunal de Contas de Pernambuco; Convênio nº 87/2017, com a Controladoria da Prefeitura Municipal de Recife; Curso de Direito Penal Tributário: Técnicas Investigativas; Seminário: Audiência Criminal sem Intervenção do Ministério Público; Painel Os desafios do Ministério Público no Congresso Nacional; Seminário A Nova Atuação do MP no Processo Civil

como Autor e como Fiscal da Ordem Jurídica à Luz do Código de Processo Civil de 2015; Curso de Atualização: O SUS e os Processos de Metagovernança do Estado Brasileiro; Seminário a Evolução do Direito e a Negociação na Área Penal; Seminário Brasil Europa de Direito do Consumidor e Direito Processual; Curso de Integração dos Estagiários de Direito do MPPE; 17º Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor; entre outros.

Em 2017, a ESMP realizou **35 atividades** com um público total de **2.194 pessoas**

Atuando em defesa da vida

O direito à vida, essencial a todo cidadão, foi prioridade na atuação do Ministério Público de Pernambuco em 2017. No mês de abril, o MPPE denunciou, por estupro e homicídio quadruplicamente qualificado, incluindo feminicídio, o empresário que matou a fisioterapeuta Tássia Mirella de Sena Araújo.

Em junho, foram denunciados quatro policiais militares que, em vez de protegerem a população, alvejaram e torturaram um estudante durante um protesto na PE-75, em Itambé.



Já no fim do ano, em dezembro, foi a vez de mais uma denúncia, contra o motorista que desrespeitou as leis de trânsito e causou um acidente com três vítimas fatais no bairro da Tamarineira, no Recife. Ele foi

denunciado por três homicídios consumados e outros dois tentados. Nesses três momentos de tristeza para o povo pernambucano, o MPPE se fez presente no combate à impunidade.

COMPROMISSO COM A CIDADANIA

Nós que fazemos o Ministério Público de Pernambuco temos um compromisso com a cidadania. Para promover a justiça social, nossos servidores, promotores e procuradores de Justiça atuam em diversas áreas como saúde, educação, no combate à violência e à corrupção, em defesa da infância, juventude e das pessoas idosas.

Acompanhe o trabalho do MPPE e saiba como atuamos todos os dias para que os direitos da população sejam respeitados.

www.mppe.mp.br



[mppeoficial](https://www.facebook.com/mppeoficial)



[@mppe_noticias](https://twitter.com/mppe_noticias)



Ministério Público de Pernambuco
COMPROMISSO COM A CIDADANIA

BRASIL